

*Passados recontados e futuros possíveis: considerações sobre a narrativa autobiográfica de Francisco de Paula Santander**

FABIANA DE SOUZA FREDRIGO*

Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este artigo trata da apresentação e análise da peça autobiográfica intitulada *Apuntamientos para las memorias sobre Colombia y la Nueva Granada*, que se encontra incorporada à publicação denominada *Memorias del General Santander*. Essa publicação conta com duas peças autobiográficas, uma escrita em 1829 e outra em 1837. Enfocarei, neste artigo, apenas o escrito de 1837, contudo, o compararei com a narrativa de 1829, quando considerar necessário. Minha pretensão principal é a de examinar os meios pelos quais se edificou uma comunidade entre os generais independentistas – assim, a relação entre Francisco de Paula Santander e Simón Bolívar fundamentará a análise.

Palavras-chave: América Latina; História; Memória.

Abstract: This paper deals with the presentation and analysis of autobiographical piece entitled *Apuntamientos para las memorias sobre Colombia y la Nueva Granada*, which is incorporated to the publication *Memorias del General Santander*. This publication has two autobiographical pieces, one written in 1829 and another in 1837. In this article, I will focus only the writing of 1837, however, it will be compared with the narrative of 1829 when necessary. My main intention is to examine the means by which a community is built among the independentist generals - so the relationship between Francisco de Paula Santander and Simon Bolivar substantiate the analysis.

Keywords: Latin America; History; Memory.

* Artigo submetido à avaliação em 12 de setembro de 2012 e aprovado para publicação em 10 de outubro de 2012.

* Professora Adjunta IV da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Título da pesquisa atual: “As biografias sobre Simón Bolívar: a cultura heróica e o culto bolivariano”. Bolsista produtividade CNPq. Endereço para correspondência: fabianafredrigo@yahoo.com.br.

Introdução¹

Neste artigo, analiso uma fonte peculiar: as *memórias* escritas pelo General Francisco de Paula Santander². Minha pretensão principal é a de examinar os meios pelos quais se edificou uma comunidade entre os generais independentistas – assim, a relação entre Santander e Bolívar fundamentará esse exame. Os princípios que sustentam essa comunidade, associados aos projetos políticos partilhados por seus membros, serão problematizados no decorrer deste artigo. Há, porém, outros objetivos para a apresentação de *Memórias del General Santander*. Em meu entender, as peças autobiográficas revelam o combate dos generais *pela* e *na* história, bem como explicitam o desejo dos mesmos em negociar com a memória a ser edificada pela posteridade. Nesse sentido, duas guerras desenrolam-se no cenário a ser apresentado: uma guerra contra a Espanha, que tem como

¹ Parte das considerações deste primeiro item foi desenvolvida em um artigo publicado na Revista *Temas e Matizes*. Àquela circunstância, apresentei a segunda peça autobiográfica, mais particularmente o trecho que se refere à *Nota do Autor*. Para este artigo, apresento outra peça, *Apontamentos para las memorias sobre Colombia y la Nueva Granada*. Essas reflexões integram o pós-doutoramento realizado na FFLCH/USP, em 2010. O trabalho completo encontra-se em avaliação para futura editoração e publicação em livro.

² Nascido e criado na Colômbia, Santander assumiu importantes cargos administrativos, durante e após as guerras pela independência na América Hispânica. Entre os anos de 1821 e 1826, foi Vice-Presidente da Grã-Colômbia, responsabilizando-se pelos territórios da Colômbia e da Venezuela. Em 1832, depois de retornar de seu exílio, assumiu o cargo de Presidente da Nova Granada e permaneceu nele até 1837. Em 1826, rompeu relações com Simón Bolívar e, ao que tudo indica, além das discordâncias ideológicas entre eles (refiro-me, sobretudo, às críticas de Santander aos projetos de unidade bolivarianos), o apoio de Bolívar à concórdia com António Paéz, líder de uma rebelião separatista (*La Cusiata*), foi o motivo central para o fim de uma parceria de anos. Em 1828, com o agravamento das relações ente Santander e Bolívar, esse último suprimiu o cargo de Vice-Presidente da Grã-Colômbia. Após a tentativa de assassinato de Bolívar, Santander foi acusado de ser o mandante. No julgamento que procedeu a acusação, deliberou-se pela pena de morte, mas, em virtude das poucas evidências e do temor quanto ao significado político da morte de um antigo colaborador do exército patriota, comutou-se a pena de Santander pelo desterro. Em 1831, Domingo Caycedo, que fora eleito Presidente da Grã-Colômbia, restabeleceu os direitos de Santander e seus títulos de honra e patentes militares. Foi então que, em 1832, quando se encontrava em Nova Iorque, recebeu a notícia de que o Congresso de Nova Granada o elegera para o cargo de Presidente interino da Colômbia, sendo, um pouco mais tarde (em 1833), eleito Presidente, cargo que assumiu até 1837. (CACUA PRADA, 2010).

campo de batalha o território americano (*guerra cruenta*, força motriz do relato memorial e historiográfico); uma guerra no interior da comunidade de generais (*guerra de papel*, atrelada ao combate pela História e pela memória), que não pode ser vista apenas à luz dos conflitos locais ou como resultado das intrigas entre “caudilhos”. Entre os variados temas que integram a narrativa autobiográfica, dois serão explorados neste artigo: 1) a associação entre guerra e administração construída pelo granadino; 2) o ressentimento de Santander como forma de combate ao arbítrio político de Bolívar, considerando que a escrita da peça autobiográfica analisada sucede a morte do general venezuelano. Um alerta inicial se faz imprescindível: a relação com a historiografia aparecerá de modo tangencial, não pretendo apresentar nenhuma síntese nesse sentido. Muito mais importante é trazer a memória para o primeiro plano, permitindo a máxima exploração da fonte autobiográfica.

Seguindo a ordem utilizada pelo editor da coletânea *Memórias* (ou organizador, que entendi ser a Academia Colombiana de História, representada pelo historiador Eduardo Santa), tem-se que a primeira das peças autobiográficas intitula-se *Apuntamientos para las memorias sobre Colombia y la Nueva Granada*³ e foi redigida por Francisco de Paula Santander em 1837, sendo publicada em 1838 e 1839, na Colômbia; e, um pouco mais tarde, em 1869, em Paris. A segunda peça, denominada *Memorias sobre el origen, causas y progreso de las desavenencias entre el Presidente de la Republica da Colombia, Simón Bolívar, y el Vicepresidente de la misma, Francisco de Paula Santander*⁴, data de 1829 (um ano antes da morte de Simón Bolívar) e foi publicada, pela primeira vez, na *Revista Ilustrada*, em Bogotá, por Pedro Carlos Manrique, no ano de 1898⁵.

³ A partir de agora, farei referência a este título como *Apontamentos*.

⁴ A partir de agora, farei referência a este título como *Desavenças*.

⁵ A *Revista Ilustrada* publicou a peça de 1829 apenas em 1898, portanto, sessenta e nove anos depois de sua elaboração. Esse periódico fora uma publicação quinzenal, de curta existência, posto que funcionou no período entre 1898 e 1899 e alcançou dezessete números. O jornalista Pedro Carlos Manrique dirigiu a Revista, contando com o apoio de Saturnino Zapata (ilustrador e fotógrafo) e Rubén Mosquera (administrador). Como o próprio nome sugere, a publicação pretendia ser moderna e capaz de trazer à Colômbia os “ares ilustrados” por meio de artigos sobre ciência, arte e política. Segundo Cadavid (1995), a Revista cede

A peça de 1829, que trata exclusivamente da relação entre Bolívar e Santander, só foi publicada em um órgão de maior divulgação após a morte de ambos os generais. Entretanto, não é possível desconsiderar que, nos idos de 1829 e 1830, esse escrito disseminara-se em círculos restritos, porém de grande importância.

Minha primeira preocupação analítica esteve direcionada ao significado do termo *memórias*, posto que ele foi utilizado à época pelo autor dos escritos e mantido, em outra época, quando da organização da coletânea. A introdução de Eduardo Santa (1973) e o prólogo de Manuel Suárez Fortoul (1869) se remetem a esses escritos como *memórias*. Desse modo, não havia como o uso do termo não chamar a minha atenção, levando-me ao inevitável problema: há distinção entre *memórias* e *autobiografia*? Ponderava que a diferença entre os termos não era apenas nominal; assim, não se tratava de pensar que a explicação estaria no fato de que aludir a *memórias* era mais usual no século XIX. Tinha de considerar, afinal, a extensão do uso do termo, que perpassou, ao menos, quatro conjunturas: 1829, 1837, 1869, 1973. Sabia que esse problema, inevitavelmente, me encaminhava a um imbróglio, pois a equalização entre *memórias* e *autobiografia* exigiria uma justificativa da minha parte. Encontrei uma resposta – não integral ou absoluta, mas substancial e satisfatória aos meus propósitos – com a leitura de Philippe Lejeune (2008)⁶.

espaço privilegiado à seção de “Apontamentos históricos”, já que sua citada missão era “atrair a reflexão do povo sobre seus próprios interesses e sobre os da humanidade inteira” (Introdução, n. 1. APUD. CADAVID, 1995, s/p). A respeito da ocupação de “espaços” no interior da Revista, Jorge Cadavid escreve: “Entre os espaços mais frequentes, estão os destinados, para além das ilustrações, aos ‘apontamentos’ históricos, que são os que ocupam a maior porcentagem; são seguidos pelas *memórias* – dedicadas a personagens ou acontecimentos –, pelas *necrologias* – cobrindo o que seria um espaço social –, pelas notícias do exterior, pelas resenhas sobre belas artes, literatura e moda. Sobre o artigo que sempre introduz a edição, ainda que não seja chamado de Editorial, não deixa nunca de manter a crítica sobre a situação geral do país, tocando em assuntos que vão desde economia até filosofia, fazendo uma radiografia do ser e do pensar da Colômbia em fins do século XIX” (1995, s/p).

⁶ Segundo esse autor, para que haja autobiografia, é preciso considerar uma relação de identidade entre autor, narrador e personagem. Ainda, em alguns casos de textos autobiográficos, o autor pondera sobre a dissociação entre a pessoa (gramatical) e a

O interesse nas memórias de Francisco de Paula Santander foi suscitado pela leitura da correspondência de Simón Bolívar, isso porque Santander foi seu interlocutor preferencial, ao menos até 1826, ano em que o venezuelano deixou de responder às missivas de seu companheiro de armas⁷.

identidade (quem se diz ser no texto), o que aponta para a complexidade dos *modelos autobiográficos* existentes, sendo problemático aduzir uma definição puramente textual para o que viria a ser um texto autobiográfico. Isso porque se na comunicação oral não há como negar o “eu” que remete à enunciação, na comunicação escrita, a enunciação deve ficar clara, considerando-se os subterfúgios à disposição do enunciador – em síntese, o autor da autobiografia deve permitir sua identificação por meio de seu discurso. No interior desse raciocínio, as *memórias* são compreendidas como uma categoria “menos imaginativa” das produções de si, mas que integram as autobiografias. Dessa forma, as definições de Lejeune assumem as ambiguidades e as indecisões permitidas pelo termo autobiografia. Consciente de que adequar textos a modelos é uma tarefa que enfrenta muitos óbices, o autor propõe a ideia de *pacto*, por meio da qual define o que pensa ser autobiografia: “Empreguei de fato a palavra autobiografia para designar, no sentido amplo, qualquer texto regido por um pacto autobiográfico, em que o autor propõe ao leitor um discurso sobre si, mas também uma realização particular desse discurso, na qual a resposta à pergunta ‘quem sou eu?’ consiste em uma narrativa que diz ‘como me tornei assim’ (2008, p. 54).”

⁷ Desde 1826, a situação política se agravava, especialmente em decorrência da manutenção da unidade da Grã-Colômbia que desencadeou as rebeliões na Venezuela. Desse modo, a acusação de Santander como mandante do assassinato de Simon Bolívar foi apenas um dos elementos, numa circunstância política muito mais complexa. Os biógrafos de Bolívar (Salvador Madariaga, Gerhard Masur e o brasileiro Nelson Werneck de Castro), ao relatarem o desentendimento entre Bolívar e Santander, bem como a reconciliação entre Páez e Bolívar após *La Cosiata* (a rebelião separatista comandada pelo primeiro), associam a escolha do general com o seu projeto da *Federação Andina*. Segundo esses mesmos biógrafos, *La Cosiata* favorecia o projeto de Simón Bolívar, explicando assim seu apoio a Páez em detrimento de Santander. A ideia da *Federação Andina* (a unidade entre Peru, Bolívia e Colômbia) estava assentada na divisão da Grã-Colômbia. Desse modo, essa unidade, estabelecida na Constituição de Cúcuta (1821), era um obstáculo para o projeto bolivariano. Páez, ao ter por objetivo separar a Venezuela da Grã-Colômbia, desconsiderava a regra constitucional e, nesse sentido, acabava por dar apoio ao projeto de Simón Bolívar. Esse é o argumento usado pelos biógrafos. Todavia, compreendo que destruir uma unidade para afiançar outra é, no mínimo, um projeto arriscado. Embora a *Federação Andina* constasse nos planos de Bolívar, acredito que o apoio a Páez deveu-se mais à ciência de Bolívar quanto à força localista na Venezuela – da qual Páez era a expressão máxima – do que ao seu desejo de edificar a união entre o Peru, a Bolívia e a Colômbia. No mesmo momento em que Bolívar esteve presente na Venezuela para entrar em um acordo político com os rebeldes, o exército peruano anunciou seu objetivo de anexar Guayaquil e partiu para uma invasão na Colômbia. Em meio a esse desacordo, a *Federação Andina* nasceria prematuramente sem nenhuma chance de sobrevivência. (MASUR, 1960).

A análise das peças autobiográficas de Santander exige um diálogo com a correspondência bolivariana, posto que a relação entre esses documentos permite observar a ascendência de Simón Bolívar sobre o granadino e os demais generais que participaram da gesta emancipadora. Além disso, o cotejamento entre distintas escritas de si possibilita demarcar o espaço social do grupo, composto pelos generais emancipadores, e concede visibilidade às produções de memória de cada um desses homens, nesse caso, ultrapassando o grupo. Assim, nessa atividade de cotejamento, os cruzamentos entre memória individual e coletiva e entre o universo público e o privado enriquecem a leitura sobre os projetos construídos para a América independente⁸.

De todas as considerações gerais que podem ser feitas a partir da leitura das memórias de Santander, a mais importante delas se refere à

⁸ No espaço de um artigo, é inviável contrapor as cartas às peças autobiográficas, todavia, algumas considerações breves devem ser feitas a esse respeito. Após um mapeamento do epistolário bolivariano, conclui-se que Santander tornou-se interlocutor preferencial de Bolívar, conforme já anunciado. Com o rompimento ocorrido entre esses generais em 1826, a correspondência tomou novos caminhos. Assim, se, para a autobiografia, a exposição do arbítrio (de Bolívar) esteve relacionado, particularmente, à condenação, à prisão e ao exílio; nas cartas de Santander, o arbítrio encontra-se associado à imposição da Constituição Boliviana e ao desinteresse de Simón Bolívar em se indispor com o General Páez. A exploração do tema do arbítrio unifica as cartas do granadino entre 1826 e 1830, mutante é o grau atribuído a esse arbítrio, conforme Santander capta a mudança das circunstâncias. Assim, da tentativa de convencimento quanto à perda próxima e nefasta de um projeto para a América, o granadino passa à acusação explícita do despotismo bolivariano, como a peça autobiográfica também indica. Santander mantém-se disposto a convencer Bolívar dos infortúnios, caso ele seguisse a via de execução da ditadura e, numa narrativa ascendente, em conformidade ao agravamento da situação política, ele usa dos “rumores” (as fofocas, os *chismes*) que teriam chegado ao seu conhecimento para indicar a Bolívar o seu desacordo e construir seu perfil como o de um patriota fiel. Ademais, outros temas estiveram presentes na correspondência santanderiana, tal como a solicitação ao Presidente da República para que fossem disponibilizados documentos em sua defesa pública – aqui importava, muito especialmente, responder à acusação de fraudador das rendas públicas, por conta de um empréstimo negociado em 1824. Enfim, Santander não silencia, continua escrevendo para Simón Bolívar, embora por intermédio de secretários. Procedeu dessa forma até mesmo depois de sua prisão – esse é mais um indicativo da diferença das posições ocupadas por essas lideranças. Enquanto Bolívar publicava decretos para oficializar a ditadura e retirar o cargo de vice-presidente de Santander (decreto de 27 de agosto de 1828), esse último escrevia cartas, pois elas eram o seu meio de defesa.

incontestável liderança de Simón Bolívar no interior do grupo de generais que conduziram o processo de independência, na América do Sul. Para leitores desavisados, essa constatação pode parecer simplória, mas não é, na medida em que revela que a liderança atribuída a Bolívar escapa do culto erigido em torno desse ator histórico após sua morte. Essa liderança é fruto da ação dos homens daquele tempo, expondo uma “negociação de memórias” mediada pela confiança na capacidade de intervenção de Simón Bolívar. Se o resultado da negociação de memórias parece simplório, o mesmo não se pode dizer do processo que dependeu do combate cotidiano entre esses generais, no campo da guerra e no campo da escrita.

O grupo de generais apareceria hierarquizado nas memórias (assim como no epistolário bolivariano), o que conduz às distinções entre os escritos, uma vez que a hierarquização patrocinada por Santander não é a mesma de Bolívar. Denomino *hierarquização* o critério que serve à definição dos temas (e seu tratamento) que apresentam relevo na narrativa autobiográfica e à delimitação da *maneira* pela qual Santander explora as circunstâncias e as pessoas que o cercam. Indicação fundamental desse uso metodológico é a apreensão não apenas de projetos distintos para o presente, mas dos rastros deixados aos guardiões de memória do futuro, os construtores das nações e suas mitologias. Particularmente sobre os rastros, uma consideração peculiar não pode deixar de ser ratificada: Bolívar e Santander – e, certamente, outros participantes da comunidade de oficiais da geração independentista – foram, ao seu modo, os primeiros a empregar a operação historiográfica (CERTEAU, 1975).

Sobre esse duplo processo de negociação – no presente, demarcado pelas discussões no interior do grupo de generais; no futuro, pelas engenhosas construções historiográficas, discursos políticos e projetos culturais – não é tão simples discorrer⁹. O acompanhamento da

⁹ Conforme anunciado, este artigo não tem a pretensão de contribuir para uma síntese acerca da historiografia das independências, antes, interessa-lhe trazer a memória para o primeiro plano, indicando a relação entre a construção de uma narrativa sobre o passado, as formulações memoriais e as nascentes identidades (que, de modo algum, devem ser vistas como fruto de um processo natural). Todavia, o alcance do objetivo mais central – trazer a

documentação por si não basta, pois ela se vê tergiversada de intenções (explícitas ou não, conscientes ou não, subliminares ou não), o que encaminha o pesquisador à inevitável questão, ao mesmo tempo metodológica e epistemológica, a saber: como captar os graus de verdade da documentação, ciente de que o estatuto da verdade encontra-se completamente modificado nas produções de escrita de si. Feitas essas considerações gerais, cuja finalidade é a apresentação das relações que podem ser constituídas em torno do objeto e da fonte, passemos ao detalhamento da peça autobiográfica.

memória para o primeiro plano por meio da análise autobiográfica – exige algum comentário acerca da historiografia. No que diz respeito às independências, claro está que uma história certamente começou da ruptura entre Espanha e América, história essa “dirigida pelos atores”, fosse pelas dificuldades de institucionalização da história profissional na Colômbia, fosse pela importância conferida à documentação advinda dos arquivos familiares, fosse fundamentalmente pelo apelo aos “ditos e contraditos” dos “fundadores da república”. Não há que escapar da consideração de que “com frequência, as histórias nacionais do século XIX foram escritas por homens que participaram do mundo político e da conformação dos Estados que lhe serviam de objeto de estudo.” (BETANCOURT, 2007). Uma história que pretendia “forjar a consciência nacional” fez parte do projeto da geração das independências e, se não esteve diretamente vinculada à produção de suas lideranças, bebeu nas águas em seu entorno. Para o caso da Colômbia, por exemplo, o escrito de José Manuel Restrepo, *Historia de La Revolución de Colombia*, representou uma obra pioneira, em que a ruptura provocada pela independência foi oposta à Colônia e seus qualificativos, tais como a “imobilidade” e o “obscurantismo”. Não é demais anunciar que Restrepo foi amigo e correspondente de Simón Bolívar. Ainda, seguindo Betancourt (2007), os números, referentes à atuação da Academia Colombiana de História, expressam a predileção por um marco de fundação que invade a escrita histórica: “Entre 1902 e 1952, de mais ou menos mil artigos publicados pela Academia, 29% referem-se à Independência, 25% ao descobrimento e às civilizações indígenas, 23% ao período entre 1500-1810, 12% à Conquista, 11% à República, sobre o século XX não havia publicações. Essa tendência aumentara em 1966, já que a Independência ocupava 50% dos escritos da Academia” (2007, p. 57). Embora, no início, a diferença percentual entre os temas possa parecer pequena, creio que é preciso considerar que a Independência e a República, em conjunto, superam os demais, havendo acréscimo nos estudos sobre a independência, nos anos de 1960. Ou seja, do ponto de vista geral, a historiografia colombiana, assim como a venezuelana, não consegue se liberar dos rastros da “história pátria”.

Apontamentos: o porquê e o como se conta uma vida

Conforme já assinalado, na edição de *Memórias* que me serve de fonte há uma introdução de Eduardo Santa, membro da Academia Colombiana de História, datada de 1973, ano de uma nova publicação na Colômbia, e um prólogo do cônsul geral da Colômbia em Paris, Manuel Suárez Fortoul, datada de 1869, ocasião do lançamento desses escritos na França. No mesmo volume, constam os documentos (cartas, decretos, relatórios de campanha) meticulosamente escolhidos, recortados e ordenados pelo próprio general Santander, com o objetivo de comprovar a “verdade de sua narrativa”. Em suas palavras:

Tão árdua e larga carreira iniciada à idade de 18 anos, e sem preparação correspondente, não pode menos do que estar cheia de faltas e defeitos mais ou menos notáveis, ainda que conserve a esperança de que se advertirá nela um amor decidido pela independência e liberdade de minha pátria, uma consagração ilimitada a seu serviço e uma fidelidade a toda a prova às minhas promessas e juramentos. Julgar-me-ão o mundo atual e a posteridade não por fatos isolados, nem por ações desconexas entre si, mas sim pelo conjunto de toda minha vida pública, levando em conta as circunstâncias que em cada ato me fizeram tomar partido. Não posso inibir-me do juízo da história, nem tampouco o pretendo.

[...]

Vou apresentar hoje vários documentos e dar explicações sobre alguns fatos importantes, com os quais sempre pretendem macular minha conduta os escritores inimigos do poder legal que exerci, das minhas opiniões ou de minha boa reputação.

[...]

Mas escrito está, e a experiência o confirma, que a verdade é maior e prevalecerá (SANTANDER, 1837, p. 31-35).

Segundo Rafat Ghotme (2007), *Apontamentos* foi escrito em resposta às críticas divulgadas em cartas atribuídas ao advogado colombiano Eladio Urisarri (1806-1883), redigidas entre 1837 e 1838. A mescla entre a escrita autobiográfica e a apresentação de material comprobatório sobre o que se narra permite uma primeira observação. O cuidado com a confecção do material, revelado não apenas na escrita, mas no seu recorte e armazenamento, demonstra que o general das independências patrocinou o “arquivamento de si”, no sentido empregado por Artières (1998).

Como já anotado, os generais da independência estavam cientes do fato de ocuparem um lugar na História e terem de, no presente, velar pela imagem concernente à ocupação de tal lugar. Por isso mesmo Santander avisa, desde o início de *Apontamentos*, que não seria julgado por “ações desconexas”, mas pelo “conjunto de sua vida pública”. Com esse aviso, o enunciador legitima a escrita como o meio capaz de apresentar o texto da vida, essa mesma que, antes, esteve marcada por ações desconexas. De imediato, a proposta demonstra o “desejo de unidade” daquele que escreve e sua aspiração a um ordenamento da escrita que lhe permita a onisciência. Há, nessa confiante premissa, o anseio pela efetivação de uma regra condizente à ilusão biográfica, nos termos que lhe define Pierre Bourdieu (1986): o texto deve “produzir a vida” – dessa vez, a vida que se queria, a que, ao ser narrada, poderá contribuir com as glórias do homem público. Escamoteando a reconstrução da vida nas bordas do texto, para Santander, o arquivamento era um meio de se adiantar à História, para a qual ele indicava os caminhos de seu culto:

Não trato, nesses apontamentos, senão de desmentir, com documentos autênticos, vários dos fatos que a História poderia recolher como certos, e, assim, auxílio a nova geração que tem começado a nos substituir com uma narração apoiada na verdade e na justiça. (SANTANDER, 1837, p. 104).

A História poderá tachar-me de severo, mas não poderá negar-me o mérito de ter procurado afiançar a ordem e a

segurança pública para o futuro depois de tantas agitações e transtornos (SANTANDER, 1837, p. 92).

Eu não tenho aspirações a aparecer como herói na guerra, sábio no gabinete, legislador, estadista e nem gênio superior. Aspiro a apresentar-me diante da História tal como sou, em um país que se levantou da servidão colonial da Espanha e alcançou a República, entre dificuldades, obstáculos, reveses, contradições e discórdias civis de grande magnitude, e que não me confundam com os egoístas, nem com os débeis, nem com os traidores, nem com os que não quiseram ou não puderam servir à causa da independência, desde 1810, e da liberdade (SANTANDER, 1837, p. 108).

Envolvidos em batalhas cotidianas, em que a coragem na guerra e a sabedoria para a escritura diferenciavam os homens, Santander e Bolívar abusaram da rememoração¹⁰. Nessa rememoração, respondiam aos contemporâneos e indicavam os caminhos para a construção das memórias da nação e para o estabelecimento do culto aos heróis da pátria. A historiografia entendeu e afirmou a hipótese de que esses homens, amigos de longa data, distanciaram-se por dois motivos muito simples: o primeiro vinculava-se ao ressentimento, aprofundado desde as rebeliões separatistas comandadas por Páez; o segundo associava-se, *desde sempre*, aos diferentes lugares ocupados por esses generais, que constituíram um campo de ideias cuja marca “deveria ser” a da diferença. Estar em espectros políticos distintos foi tomado como fruto do atavismo de nascimento: um granadino e um venezuelano não poderiam atuar na mesma fronteira política. No interior

¹⁰ Utilizo “rememoração” em acordo ao sentido que lhe dá Gagnebin (1998), apoiando-se em Paul Ricoeur (2007). Para o filósofo, a lembrança não é simplesmente “dada”, ela exige busca, recolhimento, evocação. Para se representar o ausente por meio da rememoração, há uma dinâmica que, em uma das buscas pela lembrança, vai exigir o reconhecimento. O encontro com a memória, fincado no reconhecimento (a surpresa e o presente de se permitir saber que se alcançou o acontecido, o que é possibilitado à memória, mas não à história), afasta a recordação da fantasia e da ficção para aquele que se lembra. Desse modo, mais importante do que “quem lembra” é “o que se lembra” – evidente que colocar a ênfase no objeto (o lembrado) não exclui a importância do sujeito que se lembra.

dessa perspectiva histórico-biográfica, encontra-se calcada a interpretação de que haveria, por parte de Santander, uma defesa “instintiva” de Nova Granada, o território mais espoliado no decurso das lutas pela independência. Ademais, o *amor às leis*, por parte de Santander, e o *amor à guerra*, por parte de Bolívar, definiriam o distanciamento e o rompimento – o discurso e a sua interpretação pautam-se em não poucos dados apriorísticos. Nesse sentido, é importante sublinhar que, para a historiografia, a diferença entre Bolívar e Santander esteve anunciada não por uma redefinição hierárquica (na fórmula em que Santander apresentar-se-ia superior a Bolívar), mas por uma distinção da *vocação* de cada um, *a lei e a guerra*, associada à ideia de que havia um “lugar de destino” para os generais. Essas qualificações, que alicerçam interpretações particulares sobre os “grandes homens da gesta independentista”, aparecem nas fontes e são apropriadas pelos “intelectuais da nação”, que resguardam a história pátria e mantêm tais interpretações como alicerce às políticas culturais contemporâneas (VELES RENDÓN, 2009).

Embora Santander tenha explicitamente contribuído para ser tomado como o administrador, que tratou de dar às repúblicas nascentes estatuto jurídico e ordem administrativa, ele não se desincumbiu da guerra e nem deixou de mencioná-la em sua autobiografia; ao contrário, ela é parte importante da *narrativa sobre sua vida pública*. A relação entre esses elementos (guerra e administração) na constituição do relato autobiográfico é o que possibilita acessar as hierarquizações de Santander. Nesse sentido, a hipótese de que há entre Santander, Bolívar e outras lideranças dessa geração uma *comunidade afetiva* confirma-se tanto no escrito biográfico, quanto na composição da rede epistolar. A comunidade afetiva transformou a guerra em força-motriz de seu cotidiano e de sua narrativa. Da crueldade, da ausência de recursos e dos conflitos étnicos, a *elite criolla* retirou e estabeleceu virtudes constituintes de um novo código. Expressando a possibilidade de coesão intra-elite, *glória* e *honra* foram necessárias à narrativa dos generais independentistas. Os trechos a seguir apontam de que maneira Santander mesclou, em sua autobiografia, a função de soldado e de administrador. A vitória em Boyacá (1819) e sua indicação para o cargo de Vice-Presidente

constituem narrativas sequenciais, que indicam como guerra e administração se complementam, ao mesmo tempo em que há uma hierarquização implícita entre essas referidas atividades:

A batalha de Boyacá nos deu a posse da capital do vice-reinado. Nossas perdas, neste dia, não alcançaram 20 homens em todo o exército, e a maior parte deles se perdeu em minha divisão, pois, como expressa o boletim publicado então, ela encontrou uma resistência temerária na vanguarda do inimigo, que se apoderara do único ponto que havia no caminho. A força moral que nossas tropas adquiriram em Vargas e a desmoralização das tropas contrárias foram os agentes principais da batalha de Boyacá no dia 07 de agosto de 1819. Anzoátegui dirigia suas operações sem ver as minhas, nem eu as dele, porque, como notaram todos os que conhecem o campo de batalha, ocultam-se facilmente os movimentos de uma tropa pelos matagais e pela desigualdade do terreno. Depois da vitória, Bolívar me encontrou na perseguição dos inimigos e confesso que já estava tão fora de mim pelo gozo em ver destruídos os opressores de minha pátria, que me ajoelhei para beijar a mão de Bolívar como o principal autor do bem que começava a desfrutar. Onze dias depois desta vitória, fomos graduados como generais de divisão, Anzoátegui e eu, os únicos aos quais se concederam ascensão, fora os oficiais que posteriormente obtiveram ascensão quando da criação e organização de novos corpos. Bolívar não só me fez essa particular distinção como, no dia seguinte de minha chegada a Santafé, me nomeou governador militar e comandante geral na ausência do general Soublette, que ocupara tal cargo em Boyacá.

Em vinte de setembro, Bolívar me nomeou vice-presidente de Nova Granada com amplas faculdades em todos os ramos do governo. Minhas instruções e a lei que me entregou não continham senão uma disposição: libertar o país da dominação espanhola a todo custo. Agradei muito essa nomeação porque me acreditei com forças para cumprir fielmente minha comissão; e porque

nas circunstâncias difíceis e perigosas nas quais o país se encontrava, em que eu devia trabalhar muito para alcançar meus deveres frente aos pequenos recursos militares que me deixaram, me fizeram estimar muito a nomeação como prova de uma distinta confiança em minha capacidade política e militar. Permita-me uma galhardia ao recordar meus esforços na vice-presidência da Cundinamarca, desde 21 de setembro de 1819 até outubro de 1821 para estender, por minha própria direção ou colaborando com Bolívar, o território destinado a ser a morada da liberdade. Impressas estão as memórias escritas livremente pelos meus secretários Vergara e Osório, que desenvolveram, de forma muito honrosa para mim, o que fiz naquela época angustiada, não só na parte militar, mas também nos diferentes níveis da administração; e quando aquelas memórias não puderem mais falar porque o transcurso do tempo as sacrifique às paixões da inveja, da vingança e do rancor, quando não for já escutado o testemunho do general Bolívar que tantas vezes confessou ser devedor de seus triunfos e glórias à minha cooperação, aí restarão, todavia, Barbacoas em Magdalena, Pitayó em Popayán, Antióquia livre de Warleta, Tenerife e o general Maza, Mompós e o general Córdoba, Santa Marta libertada por Carreño, Cartagena rendida por Montilla, Yaguachí e Pichincha dando fama a Sucre e Carabobo oferecendo um esplêndido triunfo a Bolívar; todos [esses] são testemunhos inatacáveis dos sacrifícios que exige desses povos na oportunidade e, com a maior eficácia, foram indispensáveis para ilustrar, em nome da liberdade, tantos lugares (SANTANDER, 1837, p. 63-64).

Conforme sugerido, a lógica narrativa da última longa passagem demonstra o que entendo por hierarquização. Santander narra sua participação irretocável na guerra, sua colaboração indispensável com os outros corpos do exército, inclusive com o do próprio Bolívar. A guerra é elemento digno para compor suas memórias. Em seguida, vem a narração sobre a nomeação para um cargo administrativo que, concomitantemente, substituiu sua posição na guerra e enlevou sua atuação para o alcance da

liberdade. Se, ao final, créditos foram conferidos a Montilla, Carreño e Sucre (membros da comunidade de generais), isso apenas ocorre porque, detrás dos créditos, esteve a figura do administrador capaz de “exigir dos povos o sacrifício de acordo com a oportunidade”. Sugestivamente, o crédito a Bolívar vem acompanhado da alusão ao testemunho do mesmo sobre a dívida de seus triunfos para com a ação do granadino biógrafo. Em síntese: a guerra, a honra e a glória constituíram-se, também, como elementos relevantes na narrativa santanderista, mas o general as extrapola quando trata de edificar o seu perfil como o do administrador ilibado e responsável – há complementação, distinção e relevância na mesma operação em torno da construção do perfil de um administrador que não deixou de ser soldado condecorado em nome da pátria. Assim, unida pela guerra, a comunidade afetiva patrocinava uma operação vitoriosa: as narrativas sobre as batalhas estabelecem um *espaço cênico*,

Nomear um espaço de representação (*espaço cênico*) como espetáculo não é igualar, *a priori*, vida e texto; antes, é apontar a tensão entre ambos (por isso eles não se separam): a guerra tinha a sua face cruenta, dolorosa, violenta e essa face nunca fora esquecida pela *elite criolla*, não podia ser. Criar uma comunidade de valores e estabelecer uma cultura heroica, a partir da ambiência da guerra, era prova cabal de que não se podia minorar o trauma causado pelo ato de separação ou haver algum grau de negociação com o esquecimento. A guerra é (re) apresentada da perspectiva do heroísmo, ao mesmo tempo em que guarda o viço do terror que provocava. *Gangrena, ódio, temor à guerra interna e promoção do medo à guerra externa com vizinhos perigosos* eram os elementos que, retirados do campo semântico das batalhas campais, convocavam à dupla unidade: unidade da comunidade de generais em nome da salvação da pátria e unidade político-administrativa, garantidora do projeto de um Estado unitário. A unidade e a coesão intra-elite nasceram das experiências na guerra. As cartas de Simón Bolívar ao então amigo, no decorrer das guerras no Sul, apontam para as dificuldades que não devem ser esquecidas:

A América inteira está cheia de escravos e indígenas cativos: os poucos europeus que deixaram filhos neste solo dividido combinaram tanto sua raça que tudo é diferença, oposição e ódio. Nós mais do que os outros americanos padecemos dessas doenças e por isso mesmo devemos buscar algo específico [a cura] por meio de um medo externo. O remédio é custoso e talvez seja um cáustico cruel, mas ele evitará a gangrena que nos cobrirá dos pés à cabeça. Você pode consultar, meditar e aplicar essa interpretação, se for aprovada pelos conselheiros do governo. Também acrescento que a apresente como minha porque não acho inconveniente expressá-la publicamente. (Carta para Francisco de Paula Santander. Quito, 30/01/1823. Tomo III, R. 918, p. 344. Original.).

[...] Quanto mais penso em nossa situação, mais me persuado de que devemos ter vizinhos temíveis que nos obriguem a nos reunirmos e a nos concentrarmos em nossos próprios interesses. Quando nos dilatarmos pela expansão que nos proporcionará a liberdade, a paz e a segurança, nossos mais cruéis perigos se multiplicarão. Então, vamos experimentar a verdadeira guerra e a verdadeira anarquia reunidas em massa para nos arrebataram o triunfo da liberdade e os sacrifícios. Eu temo amigo, o futuro adiante: mais horrível me parece o porvir do que o passado. Invada-se desse sentimento doloroso que eu padeço com essa consideração, e evitaremos por essa antecipação alguma quantidade de agudos pesares. Ao menos, não seremos culpados pela não previsão. (Carta para Francisco de Paula Santander. Guayaquil, 14/02/1823. Tomo III, R. 920, p. 350-351. Original.).

A violência está presente nos escritos, mesmo quando parece não estar. Todavia, a junção entre o terror da guerra e a cultura heroica é a expressão de uma narrativa mitológica que redireciona a vida, não apenas dos combatentes, mas dos republicanos desesperados por valores que afirmassem os novos tempos. Portanto, olhar para o desastre da guerra e para a violência incontrolável era o que exigia apegar-se às condecorações e cultivar o heroísmo. Nesse sentido, o heroísmo presta um serviço muito anterior ao

que prestaria no momento das construções históricas nacionais, na segunda metade do século XIX.

Viver na guerra e da guerra demandava mais do que o pragmatismo das operações militares; demandava articular um imaginário no qual a guerra tivesse alguma benesse para além de sua face violenta, por isso, esses homens, além de guerrear, escreviam. As *guerras cruentas* e as *guerras de papel* não eram iguais, mas orientavam, conjuntamente, a cultura heroica e a narrativa mitológica. Portanto, levando em consideração as implicações dos argumentos de Ribeiro, a interpretação sobre a autobiografia como uma escrita de combate se amplia, não só por conta dos entrecruzamentos de tempos múltiplos (passado, presente e futuro), mas pela necessidade de encenar a divergência e a convergência no espaço público, com a finalidade de estabelecer o lugar para os “verdadeiros combatentes”. Dito isso, retornemos às imagens que se imiscuíam ao combate de papel.

O “combate no espelho”, o ressentimento e a narrativa síntese: a administração republicana e liberal como elemento de hierarquização

Ao final de *Apontamentos*, o sentido que perpassa o escrito é desvelado em um “parágrafo síntese” de uma missiva oficial, que aproxima o ressentimento de Santander ao de Bolívar, com uma distinção já enunciada: o primeiro sobreviveu à guerra e às rebeliões que destruíram a Grã-Colômbia e, mesmo convivendo com novas revoltas políticas, pôde afirmar-se como magistrado e administrador. Ao contrário de Bolívar, Santander não era um homem “fora de sua cena”. Assim mesmo, o ressentimento não desaparece; como sugerido, ele é a modelagem para os infortúnios que sofreram aqueles que se consideravam, sobretudo, merecedores da glória e do respeito. Em um dos documentos anexados às *Memórias*, uma carta-representação endereçada ao Presidente da Colômbia, o “Libertador” Simon Bolívar, Santander escrevia:

Basta de perseguições. Se a pátria dos colombianos recebeu no período de minha vida pública alguns males, que não podem ser desculpados pela minha inexperiência e por minha falta de luzes para lidar com a difícil ciência do governo, eles já estão purgados *com anos de ultraje e de calúnias, com seis meses de rigorosa prisão*, com a perda do destino que a nação e o governo me conferiram, com a perda de meus direitos, de meus privilégios sociais e até mesmo com a perda da minha pátria. E se os meus inimigos aspiravam em ver-me esquecido na prisão, despojado da vontade nacional e das leis, as quais Vossa Excelência por sua autoridade me delegou, eles já devem estar satisfeitos. Eu não exijo que Vossa Excelência trate-me agora como tratou Augusto o conquistador Sila, para que eu pudesse dizer como ele: ‘Minha expulsão tem sido sua prisão e meus favores tua cadeia, tenho lhe detido para encher-lhe de bens’. Não, senhor, eu não quero senão ausentar-me das regatas colombianas; nada me apetece senão viver em tranqüilidade em um país estrangeiro e morrer escrevendo tristes memórias de minha pátria adorada. Toda minha ambição, enquanto fui seu servidor, fundou-se em servir minha pátria com fidelidade e trabalhar em consonância para lhe assegurar os direitos: minha ambição, agora que sou estrangeiro em minha própria pátria, é viver longe dela e fazer-lhe votos fervorosos por sua prosperidade (Representação do General Santander da Fortaleza de Bocachica, 24 de fevereiro de 1829. Anexo às *Memórias*, p. 137).

Mais interessante do que a carta redigida da prisão, é a estratégia de organização do escrito e o lugar escolhido para se anexar tal documento: é ele que encerra a coletânea dos “documentos autênticos” que Santander prometera apresentar, logo no início de *Apontamentos*. Ademais, a conclusão de *Apontamentos* faz referência a esse mesmo documento, usando-o para aludir à relação entre Bolívar e Santander:

Tal foi a linguagem franca, firme e respeitosa que usei diante do supremo chefe de Estado, investido de uma onipotente ditadura e, apesar de ele ter dito, em seu

proclama de 27 de agosto de 1828, “*sob a ditadura quem pode falar em liberdade?*”, isso foi o que representei da terrível prisão de Bocachica, de onde se pretendia me impor o silêncio. Os que tanto se orgulham de ter defendido a verdadeira liberdade destes países apresentem um só documento no qual tenham falado com a dignidade de um republicano perseguido por suas opiniões e atos contrários a projetos liberticidas. Em seu tempo, virá a público a correspondência que mantive com general Bolívar sobre esses projetos e o mundo liberal verá a firmeza com a qual os desaprovei e os anúncios que fiz de que [Bolívar] ia se perder e nos pôr a perder. Os documentos que podem ser contidos nesses *apontamentos* bastarão, por hora, para alcançar o objetivo a que me propus. Julguem-me por eles (SANTANDER, 1837, p. 139. Grifos do autor.).

Ao acompanhar a narrativa autobiográfica de Santander, o que se observa não é exatamente a *diferença* entre o seu escrito e o de Bolívar. Ainda que seja possível anotar que Santander constrói seu perfil, notadamente, como o “homem das leis” e que o *estilo* de sua escrita seja peculiar, não é inadequado reconhecer a comunidade entre os referidos gerais por meio da mesma escrita, uma escrita que aproxima. Não se trata apenas de dividirem as preocupações cotidianas ou de escreverem de forma semelhante; antes, importa perceber que, mesmo escrevendo distintamente, o sentido atribuído à causa (a guerra e a independência), aos homens que lutaram por ela (os patriotas), à história (aquela que a posteridade conheceria) e aos inimigos é próximo. Assim, há uma interpretação que extrapola a autoria centrada no universo individual para dialogar com o coletivo por meio de um projeto dividido – que, se no início, concentrou-se na liberdade dos territórios americanos do domínio espanhol, não parou por aí. Essa percepção é importante porque não me preocupo apenas em definir o que “uma pessoa escreveu”, mas sim em verificar como esse texto, nesse caso a autobiografia de Santander, engendrou leituras e crenças, que constituíram uma representação recorrente sobre a América.

Ao escrever suas *memórias*, Santander se viu imiscuído numa luta representacional com a figura de Simón Bolívar. Por esse motivo, sua escrita assume uma particularidade: o general se interroga sobre quem é, afirmando sua experiência e demonstrando que o sentido dessa experiência fez dele um homem fundamental para a libertação e a organização das repúblicas americanas. Então, afirmo categoricamente que seu ato biográfico não busca apenas autoconhecimento, mas serve a dois combates: um dirigido aos inimigos do presente que maculam sua memória; outro dirigido à morte física e política. Seu ato biográfico é, sobretudo, ato político em busca da exposição da mensagem certa para chegar a uma “verdade” que possa afirmar uma memória.

A profícua exposição da disputa entre Bolívar e Santander continua em outras circunstâncias em *Apontamentos*. O tema sobre a conspiração para o assassinato de Simon Bolívar, bem como a sua prisão e desterro, concede a Santander uma nova oportunidade para a crítica à liderança bolivariana, mantendo o jogo de espelhos. Em uma das passagens de *Apontamentos*, o granadino, antes de explorar a relação presente/futuro, recorre a uma situação do passado para chegar ao veredicto de que o mundo liberal já cuidara de julgar e condenar Simon Bolívar. Nessa passagem, Santander trazia de volta à cena uma importante figura da política francesa, o filósofo Benjamin Constant¹¹:

A opinião pública do mundo liberal já condenou Bolívar no que tange ao caráter de legislador e ditador, fazendo-lhe devida justiça como caudilho das hostes libertadoras da Colômbia, Peru e Bolívia. Bastariam os vigorosos escritos de Benjamin Constant para que se calassem os que, por uma cegueira imperdoável, todavia, elogiam os projetos de Bolívar, julgados sem apelação pela avaliação imparcial. Chegou a tal ponto a confiança de Bolívar em seu poder moral que, não temendo reação alguma do

¹¹ Benjamin Constant (1767-1830) escrevera para um jornal francês, *Courrier Français*, um artigo sobre Simón Bolívar, no qual fazia uma série de acusações bem conhecidas do general, inclusive chamando-o de déspota e usurpador (Cf. MASUR, 1960).

povo à ditadura, entregou-se a mais cega segurança. O 25 de setembro de 1828 foi para ele um desengano tão cruel que, desde aquela noite fatal, perdeu sua energia e seu vigor. Do extremo de uma segurança ilimitada passou a uma desconfiança sem igual. Os punhais dos conspiradores de 25 de setembro apresentavam-se em seus sonhos e sua imaginação, na mesa, nas ruas, em toda parte. Eu, sem ser nem agente, nem diretor da conspiração, sofri as vinganças daqueles que me consideravam um dos mais fortes obstáculos aos planos de Bolívar. (SANTANDER, 1837, p. 78).

Santander aproxima-se de Bolívar por demonstrar o desejo (e a efetivação) de um projeto de memória para a posteridade. No que tange à luta representacional no presente, a narrativa assume a função de burilar perfis – de Santander e de outros generais. Como já sugerido, em *Apontamentos*, Francisco de Paula Santander faz questão de afirmar que foi um *administrador, homem liberal e respeitador das leis*. Essa afirmação é apresentada em oposição ao perfil de Bolívar. Santander, tal como seu antigo chefe, estabeleceu uma hierarquia entre as lideranças da independência. Em sua hierarquia, à primeira vista, Bolívar era a liderança mais importante, mas ele próprio, Santander, tinha sido responsável por uma obra mais duradora: a obra constitucional da Grã-Colômbia e sobrevivera para presenciar seu chamamento do exílio. Se o granadino não se livrou do ressentimento, diferente de Bolívar, não morreu derrotado.

Em *Apontamentos*, o narrador trata de expor seus serviços à pátria liberta por esforços que sobrepujaram e ultrapassaram os feitos no campo da guerra, embora também esses fossem dignos de honra. Santander escrevia aos homens de seu presente e futuro, assim como tentava resolver consigo mesmo o ressentimento cultivado contra o antigo amigo e chefe. Porque falava ao seu presente, a sua obra maior era o repouso granadino sob o constitucionalismo e a referência iluminista. Em parágrafo próximo ao final de suas *Memórias*, o exame de sua carreira pública apontava um permanente símbolo a sustentar o combate, a liberdade. Era a liberdade que emprestava aos discursos da geração da independência um caráter durável, afinal, não era

ela uma importante fiadora da admiração calcada na memória coletiva? Todavia, Santander não pôde ser um “herói” como Bolívar (latino-americano, mais do que apenas venezuelano, isso antes do “seqüestro chavista”) porque sua figura não serve a todas as causas. Por excelência, seu discurso cumpre os requisitos de um liberalismo clássico, no qual a liberdade vem associada à ordem constitucional.

Considerações finais

A escrita de Francisco de Paula Santander expõe a possibilidade de enxergar os combates por um projeto americano – aqui importa menos a ruptura de comunicação epistolar com Simón Bolívar, pois, como se pôde demonstrar brevemente, o silêncio não se interpôs definitivamente (a disputa pelos projetos permaneceu acirrada por outros meios). Sem desconsiderar a centralidade de Simón Bolívar, é preciso admitir a importância da figura de Francisco de Paula Santander nas batalhas cotidianas e na organização das repúblicas, ainda durante as guerras de independência. Foi da leitura de Santander que emergiu a possibilidade de comparar e ressemantizar os verbos “libertar” e “administrar”. A leitura da peça autobiográfica confirma a constituição de uma cultura heróica, que não é posterior à geração das independências – a cultura heróica, evidentemente, viu-se reforçada pelas histórias nacionais oitocentistas, mas não foi “criada” por elas.

As interpretações anteriores revelam a necessidade de ultrapassar a leitura economicista do processo de independências, bem como abandonar as reflexões que tomam a construção das identidades nacionais como exterior às disputas políticas, num caso, ou fruto direto das mesmas, num outro caso. Uma e outra interpretação carecem de profundidade, pois importa indicar que, apesar de precoce, a geração de independências usou o vocabulário das nações e das identidades, todavia, a esse vocabulário conjugaram-se as dificuldades de determinar o significado da “identidade nacional” em uma sociedade transplantada – consideremos, sobretudo, as complicadas relações

entre a identidade fraturada pelo desencanto com as independências e o republicanismo a ser imposto em uma nova “cultura política”.

Decorre da interpretação economicista a dificuldade, ainda hoje, apesar da renovação historiográfica dos anos setenta e oitenta do século passado, de se cunhar o processo das independências como um *processo revolucionário*. Persiste, mesmo que envergonhada, uma interpretação “senso comum” que anota a incapacidade transformadora da *elite crioula*. De minha perspectiva, essa avaliação é míope e ideologizada. A leitura atenta dos escritos dos homens do século XIX indica exatamente o contrário: tais escritos expressam, ao mesmo tempo, otimismo, desejo de mudança, perplexidade e frustração. Assim, não é possível, depois de tal experiência de leitura, afirmar a velha cantilena que à *elite crioula* interessava tão somente ocupar o lugar de comando dos espanhóis – embora, sem dúvida, esse fosse um dos interesses; penso que não se trata de negá-lo, mas de questionar sua primazia nas interpretações. Embora até possa tender ao reconhecimento das independências como um processo revolucionário, mediante os esforços de uma historiografia renovada, o que essa cantilena não consegue captar e explicar é o movimento que vai do otimismo, esperança e mudança à frustração e perplexidade. Ao partir do pressuposto de que o único interesse era trocar os “ocupantes do poder para fazer a festa com os despojos de uma economia espoliada pela Europa”, não faz sentido perguntar o porquê do movimento anunciado, afinal, a troca de poder tinha sido efetivada, com continuidades em ambiente externo – há os que ainda lamentam pela manutenção de um pacto colonial “mascarado” e pela “repetição” da estrutura dominante colonial.

Pois bem, o movimento de esperança à frustração indica que “libertar” e “organizar” não eram tarefas tomadas como interdependentes. Entre a liberdade e a organização, instaurou-se a perplexidade em nome das dificuldades que não puderam ser antevistas ou controladas – desde as dificuldades econômicas (como anunciar o fim dos tributos? Como financiar uma guerra com o caixa republicano enfrentando déficit?), passando pelas dificuldades da guerra (como lidar com o exército e “inculcar” que o “verdadeiro patriota” lutava sem esperar por recompensas financeiras?) e

alcançando as dificuldades políticas (como impedir a recolonização? Como demonstrar a possibilidade de a América fazer parte da modernidade ocidental? Como fazer vigorar os valores republicanos?). Esses desafios, na ordem do dia, não puderam ser previstos em toda a sua perplexidade.

Ademais, cabe outra provocação: no discurso autobiográfico, há armas para todos os combatentes: tanto se anunciam as dificuldades não previstas e o desejo de mudança, permitindo uma avaliação revolucionária do processo, quanto indicam o desejo de retorno como o único caminho possível, uma vez que não se resistira à força da “cultura espanhola” e do “imaginário do império”, possibilitando afirmar uma matriz interpretativa de continuidade. Em minha opinião, não cabe escolher uma ou outra avaliação, mas perceber o jogo estabelecido pelos discursos e pelas práticas que eles significam. Assim, a tensão e a dissonância nos ensinam que, mais do que ideologia, os interesses (sempre legítimos) não deixam de ser produzidos e afirmados por meio de uma disputa que envolve vozes plurais e forças desiguais, criando uma situação que, nem por isso, permite profetizar o “lado vencedor *ad infinitum*”. Santander e Bolívar, reconhecendo e afirmando o ressentimento de maneiras distintas, manifestavam o desconforto com a obra das independências não exatamente pela separação da Espanha, mas pela frustração não prevista em relação a uma modernidade que, àqueles olhos (pese o otimismo de outros tempos), era inalcançável. As implicações desse temor exigem reexaminar a obra das independências sem anunciar, *a priori*, os interesses políticos como algo escuso e as lutas demandadas por eles como elementos de um jogo previamente ganho pela força da imposição, iludindo qualquer tentativa inventiva de subversão da ordem.

Referências

- ANSART, P. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória e (res) sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. p. 15-36.

- ARTIÈRES, P. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 21, 1998/01. Dossiê Arquivos Pessoais.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (Coords.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996. p. 183-191.
- CACUA PRADA, A. *Diccionario de Historia de Venezuela*. Disponível em: WWW.bolivar.ula.ve. Acesso em: jan. 2010.
- CADAVID, J. Revista Ilustrada: da Ilustração ao Modernismo. *Boletim cultural e bibliográfico da Biblioteca Luis Angel Arango*, n. 36, v. XXXI, 1995. Disponível em: WWW.lablaa.org/blaavirtual/publicacionesbanrep>. Acesso em: jan. 2010.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975.
- FEBVRE, L. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FREDRIGO, Fabiana de S. *Guerras de papel: Francisco de Paula Santander e Simón Bolívar, das peças autobiográficas à correspondência (1826-1837)*. Tese (Pós-Doutoramento em História) – Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010a. (Mimeo.).
- FREDRIGO, Fabiana de S. *Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)*. São Paulo: Editora UNESP, 2010b.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.
- GHOTME, Rafat Ahmed. Santanderismo, antisantanderismo y la Academia Colombiana de Historia: la operación histórica en el proceso de construcción de nación en Colombia, 1910-1970. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Núm. 34, 2007, pp. 121-164. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=127112570005>>. Acesso em: 02 fev.2012.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independencias: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.

- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- LECUNA, V (Org.). *Cartas del Libertador (1821-1823)*. 2. ed. Caracas: Fundación Vicente Lecuna; Banco de Venezuela, 1965. Tomo III. 559 p.
- LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- MASUR, G. *Simón Bolívar*. México: Biografías Grandesa, 1960.
- RIBEIRO, Renato Janine. A glória. In: NOVAES, Adauto (org.). *Os sentidos da paixão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.
- SANTANDER, Francisco de Paula. *Memorias del General Santander*. Bogotá: Biblioteca Banco Popular, vol. 50, 1973.
- VÉLES RENDÓN, Juan Carlos. Las luchas narrativas de uma nación escindida. La historiografía colombiana del siglo XIX. In: PALACIOS, Guillermo (coord.). *La Nación e su Historia: independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*. México: Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009.